



Relatório de Actividades e Contas 2018

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	Pág. 1
QUEM SOMOS	Pág. 2
APRESENTAÇÃO	Pág. 4
Missão	pág.4
Apresentação	pág.4
Fundamentação	pág.5
Objetivos Estratégicos	pág.6
VIDA ASSOCIATIVA	Pág. 7
ACTIVIDADES	Pág. 9
Atualização do sítio na internet	pág.9
Formação e Educação	pág.9
Representação Institucional	pág.13
Cooperação	pág.13
Comunicação externa	pág.14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 18
RELATÓRIO DE CONTAS	Pág. 19
PARECER DO CONSELHO FISCAL	Pág. 43



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mais um ano vivido pela Consumare.

Mais um ano de partilha, de novas iniciativas, de mais impactos nacionalmente sentidos, de cooperação, de aproximação bilateral conseguida.

Mesmo que nem sempre consigamos avaliar os impactos positivos de cada uma das nossas acções, sei por experiência própria que, embora possam parecer pequenas, as iniciativas nacionais e conjuntas que se realizaram ao longo do ano serão sementes boas que germinarão, crescerão e afirmar-se-ão ao longo dos próximos anos. Se olharmos para trás já poderemos afirmar, sem triunfalismos, este princípio.

As acções e-learning disponibilizam matéria, convidam à reflexão e impulsionam para a intervenção.

A Direcção tem tido eco de diversas iniciativas nacionais que despontaram após tratamento do tema mensal.

A afirmação nacional ou regional dos nossos associados ganhou por esta via. A melhoria das condições de colaboração bilateral e multilateral entre os nossos associados será um fator determinante de crescimento e importância da Defesa do Consumidor em cada um dos nossos Países.

Este esforço de colaboração, de partilha de informação, de trabalho conjunto é o grande desafio dos próximos anos.

A Consumare criou uma estrutura, abriu um caminho, ajudou a lançar e a debater temas de acordo com as propostas e necessidades dos seus associados. Encurtou distâncias e tentou aproximar diferenças.

Este nosso caminho só se fará caminhando...

Bom Ano de 2019!

I Relatório de Actividades

1. QUEM SOMOS

CORPOS SOCIAIS

DIREÇÃO

Presidente – DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Jorge Manuel Morgado Fernandes

Vice-Presidente – Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Maria Inês Dolci

Vice- Presidente – ADECO – Associação para a Defesa do Consumidor (Cabo Verde)

António Pedro Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente – ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor (Moçambique)

Alexandre Bacião

Vogal – ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau

Fodé Carambá Sanhá

Vogal – ASDECO – Associação S. Tomense de Defesa do Consumidor

João Sousa Pontes Tavares

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – FAAC – Federação Angolana de Associações de Consumidores

Domingos da Conceição Sebastião

Vice-presidente – ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor (Moçambique)

Francisco José Lopes Lichucha

Secretário – DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Filipe Nuno Vieira Neves Fontoura



MISSÃO

No âmbito dos seus estatutos e órgãos sociais, a CONSUMARE visa promover, desenvolver, fomentar e apoiar a defesa dos direitos dos consumidores.

Apoiando os seus membros e trabalhando diretamente com estes, visa informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

APRESENTAÇÃO

Formalmente constituída a 7 de maio de 2014, em Lisboa, a CONSUMARE tem como fundadores e membros associados as seguintes associações, pertencentes a 7 países da CPLP:

FAAC – Federação Angolana de Associações de Consumidores; **PROTESTE** – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; **ADECO** – Associação para Defesa do Consumidor de Cabo Verde; **ACOBES** – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau; **ProConsumers** – Organização Moçambicana de Estudo e Defesa do Consumidor; **DECO** – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; **ASDECO** – Associação São-tomense de Defesa do Consumidor.

Como membro Observador (instituições públicas dos Estados a que pertencem ou podem pertencer os membros efetivos e que, direta ou indiretamente, contribuem para a defesa dos direitos e legítimos interesses dos consumidores): **Conselho de Consumidores** da Região Administrativa Especial de **Macau** da República Popular da China.

A CONSUMARE é uma organização de direito privado, de âmbito internacional, sem fins lucrativos, com o estatuto de Organização Não-governamental para o Desenvolvimento, reconhecido pelo Estado Português, tal como está expresso no Estatuto das ONGD e no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa.

Sendo uma organização Internacional de Associações de Consumidores de Países, Territórios e Regiões Administrativas de Língua Oficial Portuguesa ou com acordos especiais no domínio da preservação da língua portuguesa como património histórico e cultural, nasceu pela vontade expressa de várias Associações de defesa do consumidor, unidas por laços culturais e históricos, tendo como escopo o estreitamento de contactos, a partilha da informação entre as mesmas, bem como a cooperação em diferentes atividades respeitantes à promoção da defesa dos consumidores.

FUNDAMENTAÇÃO

As Associações de Consumidores de Língua Portuguesa, enquanto organizações promotoras da cidadania e com efetivos contributos para o aperfeiçoamento da participação democrática, enfrentam, nas diferentes regiões, desafios de crescimento e de afirmação do movimento de defesa dos consumidores, cujo debate pode contribuir para a melhoria de soluções e concertação de posições comuns, sendo a Língua Portuguesa um instrumento privilegiado de desenvolvimento e de afirmação desse mesmo movimento.

A posição privilegiada da Língua Portuguesa, enquanto um dos idiomas mais falados no mundo, é o nosso principal instrumento de desenvolvimento e de afirmação deste movimento internacional de defesa dos consumidores.

O trabalho da CONSUMARE justifica-se no aproveitamento de sinergias, de troca de experiências; da valorização da defesa do consumidor; da afirmação da sociedade civil; valorização da cidadania; aumento e melhoria da informação a todos os cidadãos; melhoria do funcionamento dos mercados; empresas mais cumpridoras da Lei e com maior qualidade no seu desempenho.

Os Estados-Membros dos países da CPLP adotaram uma economia de mercado, abrindo o seu espaço a operadores nacionais e estrangeiros;

Num mercado aberto, os desequilíbrios entre os consumidores e as empresas (desequilíbrios no que diz respeito à informação que cada um detém sobre os produtos) só são ultrapassados através de instrumentos de política como a concorrência e a protecção do consumidor;

Os cidadãos destes Estados enfrentam dificuldades no acesso a bens essenciais, como a energia (blackouts), a água, os transportes públicos e os produtos alimentares e, por outro lado, os cidadãos destes Estados que acedem aos bens de consumo encontram um mercado que não os protege da eventual concorrência desleal das empresas e das práticas comerciais abusivas;

A defesa do consumidor é uma importante ferramenta da Cidadania possibilitando uma maior consciência dos direitos e dos deveres e equilibrando o mercado;

Nas Associações de defesa do consumidor, existem múltiplos problemas de capacidade técnica para concretizar projetos e criar estratégias dirigidas aos cidadãos.

A ausência de informação do consumidor, face a um progressivo aumento das estratégias de marketing cada vez mais agressivo, colocam o consumidor numa situação de cada vez maior fragilidade e retiram-lhe possibilidade de intervenção em defesa dos seus direitos.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Contributo para a defesa dos direitos dos consumidores no papel da democracia, pelo reforço da cidadania obtido através da participação dos cidadãos nas decisões políticas e económicas;

Informação aos cidadãos para o aumento de um papel mais ativo, mais esclarecido e mais consciente do exercício dos seus direitos;

Reforço do equilíbrio na distribuição dos benefícios do mercado;

Maior visibilidade e encontro de soluções para os problemas dos consumidores;

Reforço da cooperação e dos laços de colaboração entre Associações de Consumidores dos Países, Territórios e Regiões Administrativas de Língua Oficial Portuguesa, criando os mecanismos e os modelos que melhor sirvam a troca de experiências e conhecimentos;

Promoção da realização de ações e projetos tendo em vista os interesses específicos dos seus associados e das comunidades onde se inserem;

Filiação noutros organismos internacionais de defesa dos consumidores; nomeadamente na Consumers International;

Celebração de parcerias e protocolos com organismos dos Estados dos seus associados, visando a realização de ações, iniciativas, eventos e publicações;

Realização de congressos e outros eventos científicos, jurídicos e culturais, bem como participação em redes de pesquisa, de trabalho e publicações;

Estabelecimento e manutenção de contactos com organizações similares que existam noutros Países ou representem comunidades linguísticas no domínio da defesa dos consumidores, tendo em vista a coordenação de iniciativas comuns;

Desenvolvimento e manutenção do sítio de internet, que permite a partilha, comunicação e interação instantânea entre os associados, bem como outras ferramentas e plataformas tecnológicas essenciais à prossecução das atividades.

VIDA ASSOCIATIVA

Ao longo do ano foram mantidos contactos regulares por *skype* ou por *e-mail* com cada um dos associados. Divulgaram-se pelos associados informações escritas e temas com interesse para a defesa do consumidor nestes países.

A pedido de alguns associados foram enviadas propostas de projetos-tipo a ser apresentados pelo associado ao seu Governo Nacional.

Conforme definido estatutariamente, foi realizada uma Assembleia Geral (via *skype*) que aprovou, entre outros temas, o Relatório de Actividades e Contas de 2017 e o Plano de Sessões de Formação E.learning para 2018.



Realizou-se ainda, no dia 09 de Julho, uma Assembleia Geral Extraordinária para discussão e aprovação da entrada de um novo membro na CONSUMARE: a Associação de Defesa do Consumidor Timorense – TANE Konsumidor.

A admissão da Associação Tane Konsumidor como Associada da CONSUMARE – Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa, foi aprovada por unanimidade, respondendo assim favoravelmente ao pedido de adesão endereçado pela recém-empossada Direção dessa associação.

Com esta admissão, conseguiu-se o pleno da representação nacional dos Países de Expressão Portuguesa na CONSUMARE.



Para além de diversos contactos pessoais entre dirigentes (via Skype), foram realizadas duas reuniões de Direção, uma delas com a presença física da Vice-presidente Maria Inês Dolci na sede da CONSUMARE.

2. ACTIVIDADES

Manteve-se o empenho da CONSUMARE em quebrar barreiras geográficas e aproximar as diferentes realidades nacionais, garantindo o interesse de todos em todas as acções.

Destacam-se as seguintes actividades:

2.1. ATUALIZAÇÃO DO SÍTIO NA INTERNET

No decorrer do ano 2018 procurou-se atualizar a informação disponibilizada no nosso sítio na internet, alimentando-se também as redes sociais, nomeadamente a página de Facebook da organização. Procurou-se a partilha não só de notícias relativas às associações membro nos países, mas também de temáticas nacionais pertinentes e úteis para o seu trabalho no terreno.

2.2. FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Ao longo do ano realizaram-se 11 Ações de Formação E-Learning, dinamizadas por 09 técnicos da DECO, 1 dirigente da Proteste Brasil e 1 perito em ambiente, convidado pela Direção, acerca dos seguintes temas:

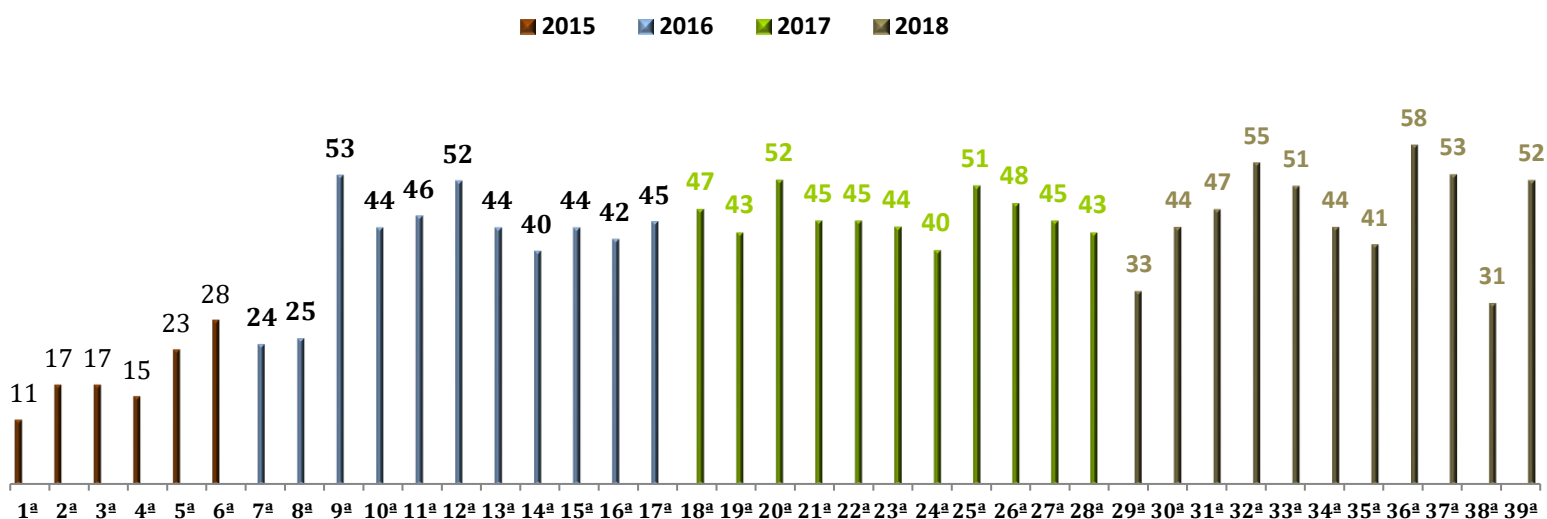
Acções de formação realizadas		
Vendas com redução de preço: saldos, promoções e liquidações.	Carolina Gomes	24 Janeiro
Segurança na internet	Paula Martins	27 Fevereiro
Cartões de crédito e débito: vantagens e inconvenientes	Vinay Pranjivan	21 Março
Marketing: crédito fácil e endividamento	Natália Nunes	18 Abril
Preservar os recursos naturais: defesa da água como recurso da vida	Nuno Sequeira	16 Maio
Motivar a educação do consumidor na escola	Fernanda Santos	27 Junho
Código de Defesa do Consumidor na protecção do consumidor brasileiro	Maria Inês Dolci	11 Julho
Perigos do sal, açúcar e gordura: <i>Olho no Rótulo</i>	Dulce Ricardo	26 Setembro
Garantia dos bens móveis e assistência técnica	Ana Sofia Ferreira	24 Outubro
Brinquedos: critérios de escolha	Carolina Gouveia	21 Novembro
Direitos dos utentes de saúde	Rosário Tereso	12 Dezembro

Cada uma destas acções foi preparada junto dos participantes, com o envio prévio de documentos de apoio, para facilitar o acompanhamento da intervenção do orador.

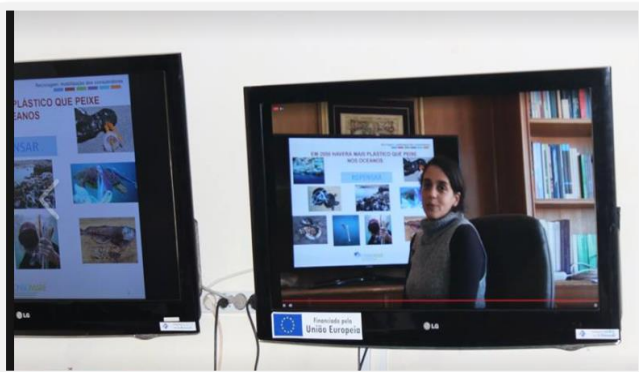
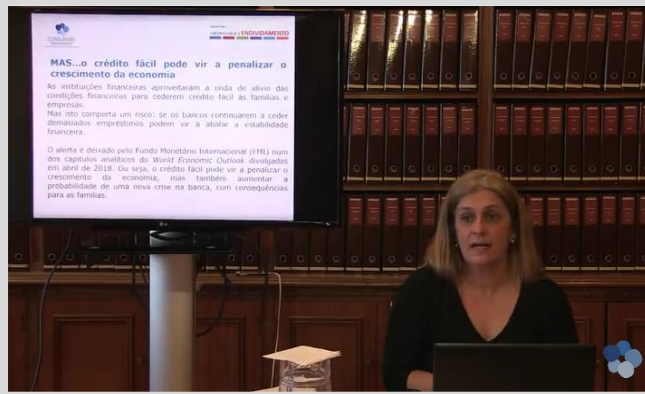
As sessões foram filmadas e cada sessão ficou posteriormente disponibilizada no site da Consumare. Os vídeos poderão ser reutilizados quando for considerado útil e necessário.

Acreditamos que, pelo número de participantes em casa sessão e pela sua capacidade de reproduzir e multiplicar esta formação, com esta actividade regular a CONSUMARE está a contribuir para a melhoria da capacitação técnica dos seus membros associados e a permitir acesso a mais informação a diversos dirigentes nacionais, professores, jornalistas e personalidades com intervenção direta nos Países em causa.

MÉDIA DE PARTICIPANTES NAS FORMAÇÕES E-LEARNING



Têm participado nestas acções, segundo critérios de interesse e oportunidade dos temas tratados, dirigentes e colaboradores associativos, dirigentes e membros da Administração Pública, professores e alunos do ensino secundário e universitário.





2.3. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Direção da CONSUMARE tem realizado inúmeros contactos institucionais, destacando-se as reuniões com as Embaixadas dos Associados, com o Secretário de Estado Adjunto do Comércio, Governo de Portugal e com a Direção Geral do Consumidor

A Direção endereçou, ainda, convites para adesão à Organização com o estatuto de Observadores a representantes dos Governos e Administração Pública dos Estados Membros da Consumare.

2.4. COOPERAÇÃO

Após a reunião realizada em Maio de 2017 entre o Presidente da Direcção e o Embaixador da Comissão Europeia em Timor, que pretendia conhecer melhor a nossa organização e reafirmar a sua disponibilidade e interesse em apoiar a constituição oficial da Associação de Consumidores de Timor Leste, os contactos com um grupo de cidadãos timorenses mobilizados para a criação de uma estrutura de defesa do consumidor intensificaram-se.

Assim, em final de Fevereiro deste ano nasceu a Associação Tane Konsumidor, reconhecida oficialmente pelo Estado Timorense, em Março.

Tem-se estimulado os associados a desenvolverem contactos bilaterais com as outras associações membros da CONSUMARE, sem perder de vista o interesse na filiação de cada associado na Consumers International.

Ainda este ano, a Tane Konsumidor solicitou o apoio à DECO para ser elaborada uma candidatura à Comissão Europeia com o objectivo de aprofundar e dinamizar a sua acção em Timor-Leste, levando a defesa do consumidor à sociedade timorense. O projecto já foi globalmente aprovado e em 2019 iniciar-se-á como previsto.

A aprovação deste importante projecto demonstra a possibilidade de apoio internacional e deverá mobilizar cada um dos associados a intentar actividades e programas que ajudem a resolver as suas limitações técnicas e financeiras.

As relações bi-laterais entre a DECO e o Conselho de Consumidores de Macau (CCM) deu frutos. Foi assinado, em Junho, um Protocolo de Cooperação entre as duas organizações, estando já planeada a realização de ações conjuntas que deverão acontecer em 2019.



Num futuro próximo o Governo de Macau pretende propor novas formas de cooperação com os países e associados da CONSUMARE.

2.5. COMUNICAÇÃO EXTERNA

A Consumare iniciou em Janeiro de 2018 uma colaboração mediática semanal com a RDP África. Trata-se de um programa radiofónico, intitulado **Olhe por Si**, emitido em todos os países africanos de língua oficial portuguesa.

Destacam-se os programas gravados com as participações das associações cabo-verdianas e brasileira.



Explorando as potencialidades do nosso sítio na internet e das redes sociais oficiais, Facebook e Twitter, foram publicadas notícias e informações diversas sobre as iniciativas e realidades de defesa do consumidor de todos os países membros da CONSUMARE.

Com a aposta na publicação regular de “posts” nas redes sociais, a página de Facebook da CONSUMARE conheceu um movimento diferente dos anos anteriores, nomeadamente no que respeita ao número de seguidores que registou um crescimento de quase 50%.

Visualizações da Página

7 de dezembro - 3 de janeiro

13

Total de visualizações da Página ▼ 73%



Pré-visualizações da Página

7 de dezembro - 3 de janeiro

6

Pré-visualizações da Página ▲ 100%



Gostos da Página

7 de dezembro - 3 de janeiro

1

Gostos da Página ▼ 92%



Alcance da publicação

7 de dezembro - 3 de janeiro

173

Pessoas alcançadas ▼ 59%



Interações com a publicação

7 de dezembro - 3 de janeiro

30

Interação com a publicação ▼ 75%



Seguidores da Página

7 de dezembro - 3 de janeiro

1

Seguidores da Página ▼ 93%



Pretendendo apoiar atividades e comunicações internas, o sítio foi assinalando efemérides internacionais e iniciativas passíveis de réplica nos países membros.



Brasil assina acordo para reduzir consumo de açúcar em alimentos

27/11/2018 GraçaCabral Membros, Notícias



União Europeia apoia PALOP e Timor-Leste com 26 ME

30/07/2018 GraçaCabral Membros, Notícias




Guiné-Bissau: Governo, sociedade civil e ONU trabalham para melhorar direitos humanos no país

04/09/2018 GraçaCabral Notícias



Associações defesa do consumidor em Angola reclamam apoios financeiros

11/07/2018 GraçaCabral Membros, Notícias



Governo são-tomense e Banco Mundial assinam acordos de 12 milhões

12/06/2018 GraçaCabral Membros, Notícias



Exportação de fibra de algodão vai render 42,3 milhões a Moçambique

12/06/2018 GraçaCabral Membros, Notícias



ADECO consulta consumidores via rede social FB

16/01/2018 GraçaCabral Notícias

A propósito da aprovação pelo parlamento cabo-verdiano, em Dezembro de 2017, do aumento dos direitos de importação para laticínios e sumos de fruta, que passarão a pagar entre 20 e 35%, a Associação de Defesa do Consumidor de Cabo Verde, ADECO, apela, via Facebook, à participação dos consumidores.



Relação "triangular" Macau, China, lusofonia promove exportações e investimento

21/06/2018 GraçaCabral Membros, Notícias



O Dia Internacional da Língua Materna

21/02/2018 GraçaCabral Notícias

Comemora-se hoje, dia 21 de fevereiro, o Dia Internacional da Língua Materna, uma data instituída



CONSUMARE celebra 4 anos de existência

08/05/2018 GraçaCabral Membros, Notícias

A CONSUMARE, Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa, celebra o seu 4º aniversário.

Há 4 anos que a nossa organização prossegue a sua missão de promover, desenvolver, fomentar e apoiar a defesa dos direitos dos consumidores nos Estados Membros da CPLP e dos países, regiões e territórios que utilizem e valorizem a língua portuguesa.

Acreditamos que já fazemos a diferença neste fenómeno universal, transversal a todos os continentes, com prioridades várias entre países e regiões, que é o consumo. Continuamos a trabalhar com o objetivo primordial de apoiar os nossos membros, incentivando a colaboração bilateral e multilateral, procurando sempre ajudar ao desenvolvimento do movimento associativo e a defesa dos consumidores nos países e regiões de expressão portuguesa.

Somos uma organização sem fronteiras que defende que todos SOMOS CONSUMIDORES e como tal, embora com diferenças culturais, temos os mesmos direitos e deveres.

Parabéns a todos os membros pelo empenho e esforço ao longo destes 4 anos! Venham muitos mais!

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sede da Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa - CONSUMARE funciona, a título de comodato, nas instalações da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO, sitas na Rua Artilharia Um, 79-5º andar, em Lisboa, Portugal.

A DECO disponibilizou os recursos humanos e logísticos que permitiram a viabilização deste relatório de atividades.

As contas da CONSUMARE são analisadas pelo seu Conselho Fiscal e auditadas por um Contabilista Certificado, conforme Parecer e Relatório de Contas que se anexam ao presente relatório.

Os recursos financeiros da Organização dependem exclusivamente das quotas anuais dos Associados e Observadores.

Lisboa, 18 Janeiro de 2019

A Direção

Jorge Morgado (DECO)

(Presidente)

Maria Inês Dolci (PROTESTE)

(Vice-Presidente)

António Pedro Silva (ADECO)

(Vice- Presidente)

II Relatório e Contas

BALANÇO INDIVIDUAL

31 DE DEZEMBRO DE 2017

Autógrafo

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00 €	0,00 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	5	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	9	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados		0,00 €	0,00 €
Outros créditos e ativos não correntes		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Activo corrente:			
Inventários	7	0,00 €	0,00 €
Créditos a receber	11	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	11	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados	11	900,00 €	1.400,00 €
Diferimentos	11	0,00 €	0,00 €
Outros ativos correntes	11	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	11	9.034,88 €	7.239,78 €
		9.934,88 €	8.639,78 €
Total do Activo		9.934,88 €	8.639,78 €

Página 1 de 2

AS

BALANÇO INDIVIDUAL

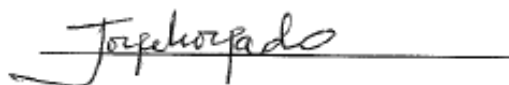
31 DE DEZEMBRO DE 2017



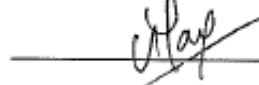
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		0,00 €	0,00 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados		6.839,78 €	2.425,99 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €
		6.839,78 €	2.425,99 €
Resultado líquido do período		2.795,10 €	4.413,79 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		9.634,88 €	6.839,78 €
Passivo :			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	11	0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	300,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	11	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	11	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	11	0,00 €	1.800,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros			0,00 €
		300,00 €	1.800,00 €
TOTAL DO PASSIVO		300,00 €	1.800,00 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		9.934,88 €	8.639,78 €

Página 2 de 2

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



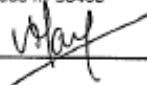
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Corrigido

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Quotizações de Associados de 2016 e anteriores		
-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	0,00 €
-Proteste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	0,00 €	0,00 €
-Adeco - Associação para a Defesa dos Consumidores Cabo Verde	0,00 €	0,00 €
-Adecos- Associação Consumidores Bens e Serviços Guiné Bissau	0,00 €	0,00 €
-Conselho dos Consumidores de Macau	0,00 €	1.000,00 €
Totais para o ano de 2016	0,00 €	1.000,00 €
Quotizações de Associados de 2017		
-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	1.000,00 €	1.000,00 €
-Proteste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	1.000,00 €	1.000,00 €
-Adeco - Associação para a Defesa dos Consumidores Cabo Verde	200,00 €	200,00 €
-Conselho dos Consumidores de Macau	1.000,00 €	1.000,00 €
Totais para o ano de 2017	3.200,00 €	3.200,00 €
Outras Receitas		
-Donativo Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	#REF!
	0,00 €	674,57 €
TOTAL DE RECEITAS	3.200,00 €	4.874,57 €
Despesas		
Avença contabilidade de 2017	-300,00 €	0,00 €
Avença contabilidade de 2016	0,00 €	-1.800,00 €
Encargos Bancários	-62,90 €	0,00 €
Imposto de Selo	0,00 €	-3,78 €
Internet	-42,00 €	-57,00 €
Outras Despesas	0,00 €	0,00 €
---	0,00 €	0,00 €
---	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS	-404,90 €	-1.860,78 €
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.795,10 €	3.013,79 €
Saldos de contas	2017	2016
Valores existentes em Depósitos à Ordem	9.034,88 €	7.239,78 €
Valores a receber de Associados	900,00 €	1.400,00 €
Valores a pagar a DECO (remanescente das despesas de constituição)	0,00 €	0,00 €
Valores a pagar a Técnico de Contas (avença de final de ano)	-300,00 €	-1.800,00 €

O Contabilista Certificado nº 38468



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

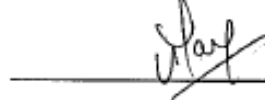
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	0,00 €	0,00 €
Quotizações de Associados	8	3.200,00 €	5.600,00 €
Subsídios à exploração e Projectos	8	0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos		-404,90 €	-1.860,78 €
Gastos com o pessoal		0,00 €	0,00 €
Ajustamento de Inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		0,00 €	674,57 €
Outros gastos		0,00 €	0,00 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		2.795,10 €	4.413,79 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.795,10 €	4.413,79 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	6	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos		2.795,10 €	4.413,79 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		2.795,10 €	4.413,79 €

A Direção



O Contabilista Certificado nº 38468



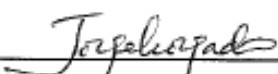
MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS - ANO DE 2017

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
1. Rendimentos da atividade		1. Funcionamento	
Jóias e quotas	3.700,00 €	Pessoal	0,00 €
Atividades	0,00 €	Seguros	0,00 €
Donativos	0,00 €	Rendas	0,00 €
Subsídios	0,00 €	Manutenção	0,00 €
Outros	0,00 €	Água, eletricidade e gás	0,00 €
Total de rendimentos da atividade	3.700,00 €	Representação e deslocações	0,00 €
		Comunicações	42,00 €
2. Rendimentos comerciais	0,00 €	Material de escritório	0,00 €
		Higiene, segurança e conforto	0,00 €
3. Rendimentos de capitais	0,00 €	Despesas específicas das atividades	1.800,00 €
		Outras	62,90 €
4. Rendimentos prediais	0,00 €	Total de despesas de funcionamento	1.904,90 €
		2. Investimento	
		Aquisição de equipamentos	0,00 €
		Aquisição ou construção de instalações	0,00 €
		Outras aquisições	0,00 €
		Total de gastos com investimento	0,00 €
TOTAL DE RECEBIMENTOS	3.700,00 €	TOTAL DE PAGAMENTOS	1.904,90 €

Total de disponibilidades do ano anterior	7.239,78 €
Receitas	3.700,00 €
Despesas	-1.904,90 €
Saldo para o ano seguinte	9.034,88 €

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 38468




CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2017

DESIGNAÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da entidade emite											Total do Capital Próprio					
	NOTAS	Capital Financeiro	Reservas próprias	Reservas de capital próprio	Reservas de fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resalvado Transferido	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações de capital próprio		Resultado líquido do período				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.816,78 €	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Prémia adopção de novo referencial contabilístico																	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas																	0,00 €
Diferença consequente de reavaliação: financeiros																	0,00 €
Realização excedente de reavaliação activos fixos																	0,00 €
Excedentes de reavaliação de activos fixos																	0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos																	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																	0,00 €
RESULTADO EXTENSIVO																	2.795,32 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO																	0,00 €
Fundos																	0,00 €
Subsídios, doações e legados																	0,00 €
Outras operações																	0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO																	9.614,88 €

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2016

NOTAS	Capital próprio atribuído aos elementos do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio	
	Capital Próprio	Reservas (Reservas estatutárias)	Reservas de Transição	Reservas de Avaliação	Reservas de Avaliação	Reservas de Avaliação	Reservas de Avaliação	Reservas de Avaliação	Reservas de Avaliação	Reservas de Avaliação		Reservas de Avaliação
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas												0,00 €
Diferenças com o método de transição das transações												0,00 €
Realização excedente de reavaliação de activos fixos												0,00 €
Excedentes da reavaliação de activos fixos												0,00 €
Ajustamentos por impositivos diferidos												0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO INTEGRAL												4.483,79 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												6.839,78 €
Emissões												6.839,78 €
Subsídios, doações e legados												0,00 €
Outras operações												0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.839,78 €

O Contabilista Certificado nº 38468



A Direcção



Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 12º

(Euros)

Cód.	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			10.939,78	1.904,90	9.034,88	
22	FORNECEDORES			42,00	342,00		300,00
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSO			9.600,00	3.700,00	500,00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E PA			3.600,00	3.600,00		
56	RESULTADOS TRANSITADOS				6.639,78		6.639,78
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EX			4.004,90	4.004,90		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			3.200,00	3.200,00		
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍOD	2.795,10	2.795,10	9.413,79	12.208,89		2.795,10
TOTAL GERAL:		2.795,10	2.795,10	35.800,47	35.800,47	9.934,88	9.934,88

Licenciado a MARQUES E VIEIRA, LDA

Página: 1

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(Euros)

Cód.	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			10.939,78	1.904,90	9.034,88	
22	FORNECEDORES		300,00	42,00	342,00		300,00
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSO			1.600,00	3.750,00	900,00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E PA			3.600,00	3.600,00		
56	RESULTADOS TRANSITADOS				6.839,78		6.839,78
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EX	300,00		2.204,90	1.800,00	2.204,90	1.800,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				3.200,00		3.200,00
91	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			4.413,79	4.413,79		
TOTAL GERAL:		300,00	300,00	25.800,47	25.800,47	12.139,78	12.139,78

Licenciado a MARQUES E VIEIRA, LDA

Página: 1

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			10.939,78	1.904,90	9.034,88	
12.1	Millennium bcp			10.939,78	1.904,90	9.034,88	
22	FORNECEDORES		300,00	42,00	342,00		300,00
22.1	FORNECEDORES C/C		300,00	42,00	342,00		300,00
22.1.1	FORNECEDORES GERAIS		300,00	42,00	342,00		300,00
22.1.1.001	Pisp			42,00	42,00		
22.1.1.002	Marques & Vieira, Lda		300,00		300,00		300,00
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSOCIAD			4.600,00	3.700,00	900,00	
26.4	QUOTAS			4.600,00	3.700,00	900,00	
26.4.01	Assoc. Portuguesa para Defesa do Consum			1.000,00	1.000,00		
26.4.02	ADECO-Associação para a Defesa do Consum			200,00	200,00		
26.4.03	Conselho Consumidores Governo RAE Ma			1.000,00	1.000,00		
26.4.04	Proteste - Brasil			1.000,00	1.000,00		
26.4.05	ACOBES - Assoc. Consumidores Bens e S			900,00	500,00		
26.4.06	Proconsumers-Ass.Estudo Defesa Consum			300,00		300,00	
26.4.07	Federação Anzalená Associação de Consum			600,00		600,00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E PAGAR			3.600,00	3.600,00		
27.2	DEVEDORES E CREDORES POR AGRÉSC			1.800,00	1.800,00		
27.2.2	Credores por adiantamentos de gastos			1.800,00	1.800,00		
27.2.2.9	Outros Adiantados - Contabilidade			1.800,00	1.800,00		
27.8	OUTROS DEVEDORES E CREDORES			1.800,00	1.800,00		
27.8.8	Devedores e Credores Diversos			1.800,00	1.800,00		
27.8.8.01	Vitor Manuel Neves Laranjo Marques (TD			1.800,00	1.800,00		
56	RESULTADOS TRANSITADOS				6.839,78		6.839,78
56.1	De Exercícios Anteriores				6.839,78		6.839,78
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNO	300,00		2.264,90	1.800,00	2.264,90	1.800,00
62.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	300,00		2.162,90	1.800,00	2.162,90	1.800,00
62.2.1	Trabalhos especializados	300,00		300,00		300,00	
62.2.1.3	Trebb.Especial.Outros (REI)	300,00		300,00		300,00	
62.2.1.3.1	Serviços de Contabilidade	300,00		300,00		300,00	
62.2.4	Honorários			1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores			1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
62.2.4.1.3	Honor.Colab.Outros (REI)			1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
62.2.4.1.3.01	Vitor Manuel Neves Laranjo Marques (TD			1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
62.2.4.1.3.99	Honorários Referentes a Anos Anteriores				1.800,00		1.800,00
62.2.7	Serviços Bancários			62,90		62,90	
62.6	SERVIÇOS DIVERSOS			42,00		42,00	
62.6.2	Comunicação			42,00		42,00	
62.6.2.4	Internet			42,00		42,00	
62.6.2.4.3	Internet (REI/REPR)			42,00		42,00	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				3.200,00		3.200,00
72.1	QUOTAS DE ASSOCIADOS				3.200,00		3.200,00
72.1.1	QUOTAS DO EXERCÍCIO CORRENTE				3.200,00		3.200,00
72.1.1.01	Associação Portuguesa Defesa Consumid				1.000,00		1.000,00
72.1.1.04	Associação para Defesa Consumid.Cabo v				200,00		200,00

Licenciado e MARQUES E VIEIRA, LDA

Página: 1



COMENTÁRIOS ÀS CONTAS

1. Identificação da entidade

1.1 -Designação da entidade:

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

1.2 - Sede

Rua de Artilharia Um, 79 - 5º
1269-160 Lisboa

1.3 -Natureza da actividade:

Promover, desenvolver, apoiar e fomentar a defesa dos direitos dos consumidores, apoiar os seus membros e trabalhar diretamente com estes visando informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

2. Comentários

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, de acordo com as normas para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

2.2. - Disponibilidades

O valor de 9.034,88€ corresponde, na totalidade, ao saldo da conta de Depósitos à Ordem com o nr 000045455899926, constituída junto do Millennium BCP.

2.3.- Clientes e Fornecedores

O valor de 300,00€ em dívida a Fornecedores corresponde aos serviços de contabilidade de 2017.

2.4.- Fundadores / Associados

O saldo de 900,00€ corresponde a quotas de 2015 e 2016 faturados mas ainda não recebidos. Estes valores foram faturados com base nas cartas-compromisso desses Associados e considerados como rendimentos do exercício corrente.

2.5.- Outras Contas a Pagar

Não existem outras contas a pagar tendo sido saldado o pagamento da contabilidade de 2016.

2.6.- Fornecimentos e Serviços Externos

Este item diz respeito às despesas inerentes com a actividade da Associação, encontrando-se dividida pelas seguintes contas:

- Serviços de Contabilidade:	300,00 €
-Manutenção do Site na Internet:	42,00 €
-Despesas Bancárias:	<u>62,90 €</u>
Total:	<u>404,90 €</u>

2.7.- Quotizações de Associados

Esta conta apresenta um rendimento total de 3.200,00€ correspondentes integralmente a quotas do ano de 2017.

2.8. Outros Proveitos

Não existiram outros proveitos em 2017.

3. Resultado do Exercício

A Associação apresenta um resultado positivo de 2.795,10 € (Dois mil setecentos e noventa e cinco euros e dez centimos) que se propõe sejam transferidos para Resultados Transitados, aumentando assim o Capital Próprio da Associação.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2018

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Quotizações de Associados de 2016 e anteriores		
-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	0,00 €
-Protaste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	0,00 €	0,00 €
-Adeco - Associação para a Defesa dos Consumidores Cabo Verde	0,00 €	0,00 €
-Acobes-Associação Consumidores Bens e Serviços Guiné Bissau	0,00 €	0,00 €
-Faac- Federação Angola Associação Consumidores	0,00 €	400,00 €
-Associação Estudo e Defesa do Consumidor - Moçambique	0,00 €	200,00 €
-Conselho dos Consumidores de Macau	0,00 €	1 000,00 €
Totais para o ano de 2016	0,00 €	1 600,00 €
Quotizações de Associados de 2017		
-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	1 000,00 €	1 000,00 €
-Protaste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	1 000,00 €	1 000,00 €
-Adeco - Associação para a Defesa dos Consumidores Cabo Verde	200,00 €	200,00 €
-Acobes-Associação Consumidores Bens e Serviços Guiné Bissau	0,00 €	500,00 €
-Faac- Federação Angola Associação Consumidores	0,00 €	200,00 €
-Associação Estudo e Defesa do Consumidor - Moçambique	0,00 €	100,00 €
-Conselho dos Consumidores de Macau	1 000,00 €	1 000,00 €
Totais para o ano de 2017	3 200,00 €	4 000,00 €
Outras Receitas		
-Donativo Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	674,57 €
TOTAL DE RECEITAS	3 200,00 €	6 274,57 €
Despesas		
Avença contabilidade de 2017	-300,00 €	0,00 €
Avença contabilidade de 2016	0,00 €	-1 800,00 €
Encargos Bancários	-62,90 €	0,00 €
Imposto de Selo	0,00 €	-3,78 €
Internet	-42,00 €	-57,00 €
Outras Despesas	0,00 €	0,00 €
....	0,00 €	0,00 €
....	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS	-404,90 €	-1 860,78 €
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2 795,10 €	4 413,79 €
Saldos de contas	2017	2016
Valores existentes em Depósitos à Ordem	9 034,88 €	7 239,78 €
Valores a receber de Associados	900,00 €	1 400,00 €
Valores a pagar a DECO (remanescente das despesas de constituição)	0,00 €	0,00 €
Valores a pagar a Técnico de Contas (avença de final de ano)	-300,00 €	-1 800,00 €

ANEXO

1. Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade:

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

1.2 - Sede

Rua de Artilharia Um, 79 - 5º
1269-160 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Promover, desenvolver, apoiar e fomentar a defesa dos direitos dos consumidores, apoiar os seus membros e trabalhar diretamente com estes visando informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC) e a Normas Contabilísticas de Relato Financeiros para as Entidades do Sector Não Lucrativo - ESNL de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de Março e as Portarias nº 105/2011 de 14 de Março, 106/2011 de 14 de Março, o Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março. As divulgações respeitam o exigido pela Portaria 220/2015 de 24 e Julho de 2015.

2.3. - Reconciliação do Fundo associativo

Não foi necessário proceder a qualquer ajustamento ou reconciliação.

3- Principais políticas contabilísticas

3.1. - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais é provável que o activo criado venha a gerar benefícios futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinada, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método de linha recta em conformidade com período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

b) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas

As depreciações destes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 01 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 01 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. De qualquer modo não foram celebrados novos contratos de empréstimos que exigissem a sua capitalização e integração nos custos de aquisição, construção ou produção de um novo activo.

d) Propriedades de Investimento

A Associação não possui activos fixos tangíveis classificados como propriedades de investimento destinados a valorização do capital ou à obtenção de rendas.

e) Investimentos em Associadas

A Associação não possui investimentos em associadas, participadas ou outras entidades.

f) Inventários

A Associação não detêm inventários de mercadorias ou qualquer outro bem detido para venda.

g) Impostos sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Associação de acordo com a regras fiscais em vigor, não existindo impostos diferidos.

h) Instrumentos Financeiros**Cientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Clientes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários, a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

i) Benefícios dos Empregados

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: ordenados, salários, subsidio de alimentação, diuturnidades, abonos para falhas de caixa, contribuições para a segurança social e gratificações por desempenho. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado presta o serviço. Benefícios pós emprego: não existem contribuições para planos de poupança reforma.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das Demonstrações financeiras a Direcção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a Associação necessidade ou intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas que alterassem a apresentação das contas e dos respetivos movimentos e resultados.

3.4. Correções de erros de exercícios anteriores

Não existiram correções de exercícios anteriores que alterassem a conta de Resultados Transitados ou que influenciassem os resultados do corrente ano.

4 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 anos
Equipamento básico:	Entre 5 e 8 anos
Equipamento Administrativo:	Entre 3 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis:	Entre 4 e 8 anos

Activos Fixos Tangíveis	31-12-2018	Adições	Alienações	Activos det. para venda	Outras Alterações	31-12-2017
Descrição						
Terrenos ou recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipam.Administrativo - Mobiliários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipam.Administrativo-Eq.Informático	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipam.Administrativo-Eq.Comunicação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Activos Fixos Tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo tangível bruto	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo tangível líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade. As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeitos as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 01 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 01 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada: Programas de Computador: 3 anos

Activos Fixos Intangíveis	31-12-2018	Adições	Alienações	Activos detid para venda	Outras Alterações	31-12-2017
Descrição						
Projectos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo intangível bruto	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Amortizações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Amortizações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo intangível líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

7 - INVENTÁRIOS

Não aplicável

8 - RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. - Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas na rubrica de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

8.2. - Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

O rédito reconhecido pela Associação em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

Categoria	Em 31-12-2018	Em 31-12-2017
Prestações de Serviços	0,00 €	0,00 €
Subsídios/Donativos/Patrocínios	0,00 €	0,00 €
Projetos	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Total	0,00	0,00

9 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Investimentos Financeiros não apresentava saldos ou movimentos.

10 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. - Subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

Não foram recebidos ou reconhecidos subsídios que afetaram os fundos patrimoniais.

10.2. - Benefícios sem valor atribuído obtidos de terceiras entidades

Não aplicável.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. - Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros foram mensurados ao custo ou custo amortizado menos perdas imparidades acumuladas.

Cientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 2017 a rubrica de Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar a Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Clientes/Fornecedores/Outras Contas	Em 31-12-2018			Em 31-12-2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Adiantamento a Fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	900,00 €	0,00 €	900,00 €	900,00 €	0,00 €	900,00 €
Perdas por Imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	900,00 €	0,00 €	900,00 €	900,00 €	0,00 €	900,00 €
Passivos:						
Fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €	0,00 €	300,00 €
Passivos por Impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €	0,00 €	300,00 €
Total Líquido	900,00 €	0,00 €	900,00 €	600,00 €	0,00 €	600,00 €

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	Em 31-12-2018			Em 31-12-2017			
	Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:							
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/rendimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros impostos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para outros regimes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras tributações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos:							
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/rendimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros impostos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para outros regimes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras tributações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	Em 31-12-2018			Em 31-12-2017			
	Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:							
Gastos a reconhecer - Seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer -Rendas antecipad	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer-Cauções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer-Medicina Trabalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer-Outros gastos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos:							
Rendimentos a reconhecer - Quotas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos a Reconhecer	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	Em 31-12-2018			Em 31-12-2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem	12.057,13 €	0,00 €	12.057,13 €	9.034,88 €	0,00 €	9.034,88 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	12.057,13 €	0,00 €	12.057,13 €	9.034,88 €	0,00 €	9.034,88 €
Passivos:						
Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Financiamentos obtidos não registava saldos ou movimentos.

Fundos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Fundos apresentava a seguinte decomposição:

FUNDO	Em	Em
Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fundo Associativo	0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos do Fundo associativo	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	9.634,88 €	6.839,78 €
Ajustamentos em activos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outras variações do Fundo	0,00 €	0,00 €
Sub-total	9.634,88 €	6.839,78 €
Resultado líquido do exercício	3.322,25 €	2.795,10 €
Total	12.957,13 €	9.634,88 €

12 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 02 de Janeiro de 2019, afim de serem apresentadas a Assembleia Geral de Associados, marcada para o mês de Janeiro de 2019.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

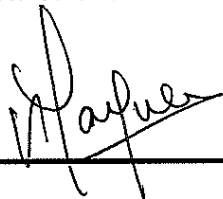
A Associação encontra-se totalmente isenta do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ao abrigo das alíneas b e c do nº 1 do artº 10º do CIRC.

Lisboa, 02 de Janeiro de 2019

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO 2018

Este é o Relatório das Actividades do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Direcção Executiva do CONSUMARE, relativamente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

RELATÓRIO

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal recebeu e apreciou o Relatório de Actividades da Direcção, que considera informativo e elucidativo, relativo ao ano de 2018. O Conselho Fiscal deseja destacar e enaltecer a atividade que a Direcção da CONSUMARE realizou em 2018, pois, ajudou a aproximar e a aprofundar cada vez mais as relações das associações membros e dinamizar a cooperação que é fator decisivo para o alcance dos objetivos desejados. Enaltecer também o esforço que a Direcção da CONSUMARE fez durante o período em alusão para a formação E-Learning ação que tem contribuído para cada vez mais a capacidade técnica a nível nacional e ajudará, a médio prazo, a conseguir novas iniciativas e novas conquistas para a defesa do consumidor em cada um dos nossos países.

O Conselho Fiscal exorta a Assembleia Geral da CONSUMARE, a enaltecer o apoio prestado pela DECO a Associação Tane Konsumidor de Timor-Leste na candidatura à Comissão Europeia com o objectivo de aprofundar e dinamizar a sua acção em Timor-Leste.

Exortar a Direcção da CONSUMARE pelos inúmeros contactos institucionais que tem realizado, com as Embaixadas dos Associados, com o Secretário de Estado Adjunto do Comércio, Governo de Portugal e com a Direcção Geral do Consumidor.

Exorta também a Assembleia Geral, a saudar as organizações que tenham suas quotas em dia e encorajar as outras ainda por cumprir o dever associativo no que tange o pagamento das quotas.

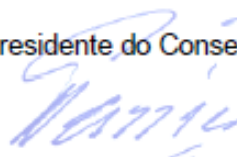
Ainda no desempenho das suas funções o Conselho Fiscal apreciou as Contas e formulou o seu Parecer sobre as mesmas depois de cabalmente informado dos actos praticados pela Direcção, tendo esta prestado todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados para a fundamentação daquele Parecer.

PARECER

Que seja aprovado o Relatório e as Contas de exercício de 2018 nos termos apresentados pela Direcção.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2019

O Presidente do Conselho Fiscal



Alexandre Bacião

ASSOCIADOS

ANGOLA

FAAC - Federação Angolana de Associações de Consumidores

Bairro Cassenda, Avenida 21 de Janeiro n.33 Luanda – Angola
faac1997@hotmail.com

BRASIL

PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Avenida Lúcio Costa, 6420 – Barra da Tijuca – 22630-013 Rio de Janeiro
Ph. (+55) 0800-282-2205 proteste@proteste.org.br

CABO VERDE

ADECO – Associação para a Defesa do Consumidor

Bairro Holanda, Monte Sossego, Mindelo, São Vicente 2110. CP 330
Ph. (+238) 232 70 33
<http://www.adeco.cv> / adecodeolindadaluz@gmail.com

GUINÉ-BISSAU

ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau

Rua Severino Gomes de Pina em Bissau. C.P. 858
acobes92@gmail.com

MOÇAMBIQUE

ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor

Av. Milagre Mabote 512, r/c dto. P.O. Box 1458 Maputo – Moçambique
Ph. (+258) 84000
<http://www.portaldoconsumidor.org.mz> / proconsum@hotmail.com

PORTUGAL

DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Rua da Artilharia Um, 79 - 4º. 1269-160 LISBOA
(+351) 21 371 02 00
<http://www.deco.proteste.pt> / decolx@deco.pt

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

ASDECO – Associação S. Tomense de Defesa do Consumidor

S. Tomé, Rua de Cabo Verde
ontstpdis@cstome.net

TIMOR LESTE

TANE KONSUMIDOR – Associação de Defesa do Consumidor Timorense

Apartado 154, Díli
Tane.konsumidor.tl@gmail.com

OBSERVADORES

MACAU

Conselho de Consumidores da Região Administrativa Especial de Macau

Av. de Horta e Costa, N.º26, Edif. Clementina Ho, 3º a 5º andares, Macau

<http://www.consumer.gov.mo/> / info@consumer.gov.mo

Ph. (+853) 8988 9315 / Fax. (+853) 2830 7816

CONSUMARE

Rua da Artilharia 1, 79-5º. 1269-160 Lisboa, Portugal

Ph. (+351) 21 371 02 80 / Fax (351) 21 371 02 99

www.consumare.org